

RESENHA

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. Conversações com Jean Lebrun. 1ª reimpressão. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora UNESP, 1998.

Regiane Cristina Custódio*

Sintetizar *A aventura do livro, do leitor ao navegador*, de Roger Chartier não é tarefa simples, parece-me quase uma violência reduzir em cinco laudas a imersão profunda do autor na história das práticas de leitura. O livro apresenta sete capítulos, a contar do prólogo: 1) *A revolução das revoluções?*; 2) *o autor entre punição e proteção*; 3) *o texto entre autor e editor*; 4) *o leitor entre limitações e liberdade*; 5) *a leitura entre a falta e o excesso*; 6) *a biblioteca entre reunir e dispersar*; 7) *o numérico como sonho de universal*.

Nas considerações iniciais, *A revolução das revoluções?* (p. 7-19), Chartier discorre longamente acerca da entrada da tecnologia nos tempos atuais e sua influência na história da leitura. Para ele há a tentação de comparar a revolução eletrônica com a revolução de Gutenberg. Segundo argumenta, embora se tenha acreditado numa ruptura total, houve, durante muito tempo, uma continuidade muito forte entre a cultura do manuscrito e a cultura do impresso. O escrito copiado à mão sobreviveu por muito tempo à invenção de Gutenberg, até o século XVIII e mesmo durante o XIX. Para os textos proibidos, cuja existência devia permanecer secreta, a cópia manuscrita continuava sendo a regra. Persistia uma forte suspeita diante do impresso, que supostamente romperia a familiaridade entre o autor e seus leitores e corromperia a correção dos textos, colocando-os em mãos “mecânicas” e nas práticas do comércio. Sobre o texto eletrônico o autor considera que a inscrição do texto na tela traz uma estruturação desse texto que não é a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade, ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas. O fluxo seqüencial do texto na tela, a continuidade que lhe é dada, a possibilidade para o leitor de embaralhar, de entrecruzar, de reunir textos que são inscritos na mesma memória eletrônica: todos esses traços indicam que a revolução do livro eletrônico é uma revolução nas estruturas do suporte material do escrito e como não poderia deixar de ser é, também, uma revolução nas maneiras de ler (p. 12-13). O texto eletrônico permite maior distância com

* Mestre em História, professora do Curso de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT/Tangará da Serra. Membro do Grupo de Pesquisa: *Migração, Política e Sociedade* e do Núcleo de Estudos de Educação e Diversidade/NEED. E-mail: rccustodius@gmail.com

relação ao escrito. Nesse sentido, a tela aparece como o ponto de chegada do movimento que separou o texto do corpo. O texto eletrônico torna possível uma relação mais distanciada com o seu leitor, uma relação não corporal.

No segundo capítulo do livro, *O autor entre punição e proteção* (p. 21-45), Chartier destaca que a cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Assim, a primeira afirmação da identidade do autor esteve ligada à censura e à interdição dos textos considerados subversivos para as autoridades religiosas ou políticas. Ao destruir livros considerados subversivos (e com frequência seus autores), pensava-se erradicar para sempre suas ideias. A fogueira em que muitos livros foram lançados torna-se uma imagem invertida da biblioteca, que teria a função de preservar. A biblioteca poderia preservar os “bons” livros. À fogueira, seriam lançados os “maus” livros. Nas sociedades do Antigo Regime, os poderes de censura não estavam bem diferenciados e as autoridades religiosas e políticas concorriam para assumi-los e exercê-los. Na França, era forte a presença da Igreja católica, do parlamento de Paris e da monarquia, que disputavam os poderes de censura (p.35). Quando a idéia do mérito do autor prevalecia sobre a proteção do príncipe, ocorria uma mudança de equilíbrio. A obra adquiria maior importância no que se refere às dimensões de mercado, público e leitor: o que se traduzia na página de título pela presença da marca do livreiro editor, às vezes do endereço em que o livro podia ser encontrado, e, nas partes iniciais, pela existência das notas ao leitor. Foi esta dualidade que marcadamente caracterizou o ingresso do autor na idade moderna (p. 41).

Em *O texto entre autor e editor* (p. 47-73), Chartier explica que em períodos históricos distintos, na Antiguidade, na Idade Média, no Antigo Regime e no período contemporâneo houve leitores, autores e de certo modo, a figura do editor. Ainda que de maneira diferenciada da que conhecemos atualmente, o editor também existiu, guardando as especificidades, dos períodos e da própria atuação do editor. Nos anos 1830 então, fixou-se a figura do editor como é conhecida atualmente. Tratava-se de uma profissão de natureza intelectual e comercial que visava buscar textos, encontrar autores, ligá-los ao editor, controlar o processo que envolvia desde a impressão da obra até a sua distribuição. Todo leitor diante de uma obra, dirá Chartier, a recebe em uma circunstância e formas específicas e, mesmo quando não tem consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual que ele nela deposita está ligado a este objeto e a esta circunstância. De um lado, há um processo de desmaterialização que cria uma categoria abstrata de valor e validade transcendentais, e que, de outro, há múltiplas experiências que são diretamente ligadas à situação do leitor e ao objeto no qual o texto é lido. Eis então o desafio fundamental da cultura escrita que deve ser compreendido pelo leitor,

tanto no século XVI como no século XX, afirma Chartier: a obra não é jamais a mesma quando inscrita em formas distintas, ela carrega, a cada vez, um significado outro (p. 70-71).

No capítulo *O leitor entre limitações e liberdade* (p. 75-95), a discussão gira, dentre outros pontos, em torno da leitura enquanto produção de significados, pois para Chartier, leitura será sempre apropriação, invenção. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor. No entanto, esta liberdade leitora não é absoluta. Ela é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Do antigo rolo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler (p. 77). Ao longo do processo de civilização os indivíduos viram-se forçados a controlar suas condutas, a censurar seus movimentos espontâneos e a reprimir seus afetos. Contudo, a partir do século XVIII, a história das práticas de leitura tornou-se também uma história da liberdade na leitura. Algumas imagens que representam o leitor o trazem de maneiras as mais diversas representado no ato de ler em movimento, andando, lendo na cama e não apenas em seus gabinetes num espaço retirado e privado, sentados e imóveis (p.79).

Em *A leitura entre a falta e o excesso* (p. 97-113), enfatizando a perspectiva histórica, o autor destaca que é interessante observar como, aumentando as exigências que definem a alfabetização, transforma-se o valor, negativo ou positivo, de certos comportamentos e de certas práticas, e a leitura tem seu grau de complexidade aumentado. O Estado passou a outras exigências, o que pode ser observado no retorno do ofício de escrevente público (não mais a serviço do iletrado), mas, respondendo às demandas de uma sociedade burocrática na qual se devem respeitar as formas e os formulários. O escrevente público tornou-se o mediador forçado entre a suposta incompetência daquele que deve escrever e o domínio daquele que conhece as normas (p. 100-101)¹. Diante do discurso de que os mais jovens afastam-se da leitura, Chartier afirma que (caso se concorde sobre o que deve ser a leitura) é possível pensar que os mais jovens afastam-se sim dela, mas vale lembrar que os que são considerados não leitores também lêem, mas lêem coisa diferente daquilo que o cânone escolar define como uma leitura legítima. É preciso considerar o que a norma escolar rejeita como um suporte para

¹ O escrevente público era uma figura muito importante nas sociedades do Antigo Regime e desapareceu perto do fim do século XIX, a partir do momento em que, no interior de uma dada categoria social, houvesse alguém que podia prestar esse serviço de escrita, o que não significa dizer que as sociedades atuais sejam menos alfabetizadas que as do fim do século XIX, mas apenas que a interiorização das exigências do Estado burocrático levou a delegar a um especialista aquilo que não nos sentimos capazes de realizar (p. 101-103).

dar acesso à leitura na sua plenitude. A aprendizagem extra escolar remete a uma cultura escrita já dominada. A apropriação indireta da cultura escrita supõe de um lado, os ensinamentos da escola e, de outro, todas as aprendizagens fora da escola, seja a partir de uma cultura escrita já dominada pelo grupo social, seja por uma conquista individual, que é sempre vivida como um distanciamento frente ao meio familiar e social e, simultaneamente, como uma entrada em um mundo diferente (p. 103-105).

Em *A biblioteca entre reunir e dispersar* (p. 115-129), Chartier trata sobre as transformações pelas quais passou o mundo social e, por conseguinte, a biblioteca. A França e os Estados Unidos tiveram configurações distintas para se pensar a biblioteca. A *public library* nos Estados Unidos, com suas raízes inglesas do século XVIII, foi, ao longo do século XIX, uma instituição central da comunidade urbana e seus marcantes vestígios podem ser vistos em todas as grandes cidades norte americanas. Houve, nos Estados Unidos uma forte cultura comunitária, diferentemente do que ocorreu na França em que a estrutura mais hierárquica e vertical, fazia valer muito mais a autoridade do que a iniciativa coletiva (p. 122). Qual seria então o papel da biblioteca, diante das transformações ocorridas ao longo do processo histórico? A presença do escrito é tal que ela supera toda capacidade de conservação, mesmo para a maior biblioteca do mundo, que é a do Congresso dos Estados Unidos. Quaisquer que sejam os materiais (diante da vertiginosa produção impressa) é necessário que haja sempre uma triagem, para a gestão, a organização e o próprio domínio da conservação desta produção. Diante da proliferação a resposta foi procurada junto à eletrônica. A partir do momento em que se transforma uma revista, um periódico, um livro em um texto eletrônico acessível em uma tela, propagado pela rede, parece que se pode dispensar a conservação do objeto material, já que o texto (de qualquer modo) subsiste. No entanto, alerta Chartier, há aí uma preocupação, pois a forma do objeto escrito dirige sempre o sentido que os leitores podem dar àquilo que lêem. Ler um artigo em um banco de dados eletrônico, sem saber absolutamente nada da revista na qual foi publicado, nem dos artigos que o acompanham, e ler o “mesmo” artigo no número da revista na qual apareceu não é a mesma experiência. O sentido que o leitor constrói, no segundo caso, depende de elementos que não estão presentes no próprio artigo, mas que dependem do conjunto de textos reunidos em um mesmo número e do projeto intelectual e editorial da revista ou do jornal. Às vezes, a proliferação do universo textual acabou por levar ao gesto da destruição, quando devia ser considerada a exigência da conservação (p. 128).

No último capítulo do livro, *O numérico como sonho do universal* (p. 131-155), a discussão relaciona-se, dentre outros aspectos, às redes eletrônicas, pois elas alentariam o

objetivo nascente no século XVIII, em que a circulação do escrito permitiria indistintamente a igualdade para julgar instituições e opiniões, em que todos poderiam submeter suas próprias idéias. No entanto, apenas as mutações técnicas não são suficientes para delinear um futuro diferente em que comunidades separadas ou indivíduos isolados não mais compartilharão qualquer referência comum. Segundo Chartier (2001), os novos meios de comunicação fortalecem a cultura textual. Nas novas telas (a dos computadores) há muitos textos, e existe a possibilidade de uma nova forma de comunicação que se articula, agrega e vincula textos, imagens e sons.

Em se tratando da cultura escrita, após a leitura de Chartier (1998), já não mais será possível deixar de considerar a longa e complexa cadeia de práticas e objetos, que envolvem a produção escrita. Considerando que a compreensão do que se lê, passa pelo filtro cultural do leitor, como afirmou Chartier (1998, p. 152), a relação do leitor com um texto dependerá do texto lido e dependerá também do leitor, de suas competências e práticas, e da forma na qual ele encontra o texto lido ou ouvido. Se o interesse apontar na direção da produção do sentido, o texto implica as significações que cada leitor constrói a partir de seus próprios códigos de leitura quando ele recebe ou se apropria do texto lido de determinada forma. Assim, seguindo a direção proposta por Chartier, não há maneiras “equivocadas” ou “acertadas” de se realizar uma leitura, mas formas diversificadas de apropriação. Para além do que está posto, o autor destaca que há que sempre se considerar que não há livro sem leitor. Enfim, *A aventura do livro, do leitor ao navegador*, é um livro agradável de ser lido, tanto pelas questões problematizadas acerca da história das práticas de leitura quanto pela agradabilíssima aparência do livro elaborado em papel *couché* brilhante, o que o enriquece ainda mais.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun*. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial/Ed.UNESP, 1998.

_____. *Cultura Escrita, Literatura e História. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.